



EXPERIÊNCIA VOLTADA À EXTENSÃO SOBRE O MINICURSO JUSTIÇA REPRODUTIVA EM REDENÇÃO: PORQUE ISSO IMPORTA PARA MIM ?

Maria Kailane Nogueira Lima ¹
Nádia Vitória De Souza Ferreira²
Nathalia Diorgenes Ferreira Lima ³

RESUMO

O projeto de extensão “Nossos corpos, nossas vidas: construindo justiça reprodutiva para/com trabalhadoras e futuras trabalhadoras do SUS no município de Redenção” está vinculado ao NUPERGES - Núcleo de Pesquisa, Estudos e Extensão em Raça, Gênero e Saúde. Realizou o minicurso “Justiça Reprodutiva em Redenção: por que isso importa para mim?” em parceria com o eixo de pesquisa Atenção à gestação com desfecho de parto ou abortamento de mulheres rurais no âmbito da atenção primária à saúde em municípios de pequeno porte na Região do Maciço do Baturité. A atividade ocorreu durante a 1ª Semana do Serviço Social da UNILAB e se formulou como um espaço aberto de informação e reflexão. O minicurso foi ministrado por quatro discentes do curso de Serviço Social, contou com a participação de 15 pessoas e foi desenvolvido por meio de apresentação em slides, distribuição de materiais informativos e roda de conversa. O tema demonstrou grande relevância para a formação acadêmica em Serviço Social, evidenciando como as questões de gênero, raça e classe social atravessam o debate sobre justiça reprodutiva. A análise apresentada resultou em discussões realizadas no espaço com reflexões construídas coletivamente e a partir das experiências compartilhadas. As discussões destacaram que os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e pessoas que gestam continuam condicionados a determinantes morais e conservadores, que impõem regras sobre quando e quantos filhos devem ter. Desse modo, as questões debatidas no grupo foram a culpabilização das mulheres com útero, sobretudo em condições de vulnerabilidade social citando como exemplo expressões da questão social a esterilização compulsória — em sua maioria pessoas negras —, a criminalização do aborto e a responsabilização individual diante de gestações indesejadas. O minicurso teve como objetivo desconstruir essas perspectivas conservadoras, reafirmando que o Estado possui a responsabilidade de garantir o direito à decisão reprodutiva, por meio do acesso seguro e legal ao aborto, da liberdade de decisão de gestar ou não e da oferta de condições dignas para uma gestação com qualidade de vida. O minicurso possibilitou a desconstrução dessas visões, reforçando que a justiça reprodutiva envolve a autonomia sobre os corpos. Além disso, foi exposto como direitos das pessoa que gestam os contraceptivos disponíveis na região de Redenção, com ênfase nos métodos oferecidos gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS), como preservativos masculinos, anticoncepcionais orais, injetáveis e o DIU de cobre. Também foram abordados os métodos acessíveis na rede privada, como o DIU hormonal, o adesivo contraceptivo e alguns implantes de longa duração. O minicurso contribuiu para a compreensão da importância da justiça reprodutiva como parte da luta pela autonomia e dignidade reprodutiva. A experiência possibilitou reflexões críticas que ultrapassam o espaço acadêmico, incentivando uma atuação profissional e social livre de ideias moralistas e conservadoras, em defesa dos direitos sexuais e reprodutivos. Além disso, a abertura para a discussão do tema e a troca de experiências entre os(as) participantes reforçaram a relevância da atividade, permitindo que futuras trabalhadoras do SUS e usuárias(os) dos serviços se desprendam de concepções moralizantes acerca de seus corpos.

Palavras-chave: Justiça Reprodutiva; Extensão; Pessoas que Gestam; Direitos Reprodutivos.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Ceará, Discente, limak9394@gmail.com¹

Universidade da Integração a Lusofonia Afro-Brasileira, Ceará, Discente, nadiavitoria@aluno.unilab.edu.br²

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Ceará, Docente, nathaliadiorgenes@unilab.edu.br³